

RELIGIÃO, VIOLÊNCIA E PODER POLÍTICO NUMA FAVELA DA BAIXADA FLUMINENSE (RIO DE JANEIRO - BRASIL)

José Cláudio Souza Alves
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil

Resumo. A partir de uma pesquisa exploratória, em cinco grupos religiosos – católicos de Cebs e carismáticos; evangélicos históricos, pentecostais e neopentecostais – de uma favela de Duque de Caxias (Baixada Fluminense – Rio de Janeiro) esse trabalho busca analisar as visões desses grupos a respeito do tráfico de drogas, do aparato policial e do poder político local. Deste modo, o estabelecimento de um modelo de dominação política, calcado no clientelismo e na violência tem como pressuposto duas perspectivas teóricas. Uma que percebe o Estado como permeável às relações com o tráfico de drogas e beneficiário do controle local que este exerce através da violência. Outra que compreende o campo religioso a partir das relações que ele estabelece com essa estrutura de dominação local, sobretudo com o clientelismo e sua face eleitoral.

Palavras-chave: religião e violência, catolicismo libertador, política, tráfico de drogas.

Abstract. This article analyzes the ways in which five religious groups — Catholic Base Communities and Charismatics; Mainline Protestants; Pentecostals and neo-Pentecostals — in a slum in Duque de Caxias (Baixada Fluminense in the periphery of Rio de Janeiro) view drug trafficking, the police, and local political power. Taking the establishment of a model of political domination based on clientelism and violence as the socio-political backdrop, the article examines how the State becomes entwined with drug trafficking and how it benefits from the violence generated by this trafficking. The article also explores responses to this dynamics in the religious field, highlighting links between various religious ideologies and practices and the local structure of domination, particularly as embodied in clientelism and its electoral expression.

Keywords: religion and violence, catholicism of liberation, politics, drug trafficking.

O presente trabalho surge enquanto continuidade de estudos realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990 (Alves, 1991). O primeiro, entre 1988 e 1991, analisou o projeto de Igreja Popular e de Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), existente numa paróquia da Baixada Fluminense. O segundo, entre 1993 e 1998, (Alves, 1998) buscou estabelecer as relações, ao longo da história da Baixada Fluminense, dos grupos de extermínio com o poder político local, destacando a análise dos homicídios e das políticas de segurança para a região.

Fruto de uma pesquisa desenvolvida entre agosto de 2001 e julho de 2002, o presente estudo contou com a importante colaboração de uma bolsista de iniciação científica (PIBIC) e do auxílio de um aluno da graduação do curso de história, ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro¹. Entretanto, ela só foi possível graças à ajuda de uma das moradoras da favela onde foi realizado o estudo de campo². Sua disponibilidade e apoio, somados ao conhecimento sobre o local, possibilitaram nossa entrada e contato com os grupos religiosos, bem como as condições que garantiram a segurança dos membros da equipe.

A referida favela situa-se no primeiro distrito de Duque de Caxias, um dos municípios que compõem a Baixada Fluminense³. Contribuíram para a sua escolha alguns elementos. O primeiro está associado à sua história. Surgindo no início dos anos 60, a favela possui toda uma seqüência de lutas e movimentos sociais que possibilitaram importante experiência para os moradores, sobretudo na relação com o Estado. O segundo refere-se ao caráter aberto da favela. Geograficamente situada num amplo espaço que faz fronteira com inúmeros bairros da cidade, ela caracteriza-se como eixo de passagem e rota para moradores de outras regiões. Facilitando, assim, a entrada e circulação no seu interior.

Esses aspectos facilitadores, contudo, convivem com a difícil realidade vivenciada por áreas segregadas e permanentemente submetidas ao conflito entre traficantes e policiais. Assim, em poucos instantes, a conjuntura local pode mudar radicalmente, tornando moradores e qualquer transeunte reféns de uma violência imprevisível e incontrolável.

A pesquisa abarcou cinco grupos religiosos: uma igreja católica organizada enquanto Comunidade Eclesial de Base (CEB); uma igreja católica onde predominava o modelo da Renovação Carismática Católica (RCC); uma igreja evangélica histórica (EH); uma igreja evangélica pentecostal (EP) e uma igreja evangélica neo-pentecostal (ENP)⁴. Em cada grupo foram aplicados questionários a cinco pessoas. Deste modo,

o caráter exploratório e preliminar da pesquisa indica hipóteses e questões que servem muito mais como pistas a serem aprofundadas.

O questionário e o número restrito de entrevistados serviu também como estratégia nessa fase exploratória. A “materialidade” do questionário (texto, que podia ser lido previamente) permitiu ao entrevistado ter idéia a respeito das perguntas, evitando constrangimentos ou recusas, por outro lado, descaracterizava a idéias de coleta de informações que pudessem parecer para os traficantes como passíveis de serem usadas contra eles, como se fôssemos alcagüetes e quiséssemos saber demais. Da mesma forma que o número restrito de pessoas despertava menos atenção e dava mais segurança, pois exigia um número menor de contatos e deslocamentos dentro da favela.

Ditadura Militar

A reconfiguração política realizada pela ditadura militar na região demonstrava, já nos anos 60, a relevância geopolítica da Baixada Fluminense, que nessa época aglutinava aproximadamente 25% do eleitorado do estado do Rio de Janeiro e tornava-se um dos mais importantes aglomerados populacionais do País.

Às cassações sumárias de prefeitos de oposição e ao estabelecimento dos setores aliados, sob a legenda da Arena, nos executivos e legislativos locais, seguiu-se uma estratégia mais eficaz quanto ao controle e subordinação de uma população que já havia dado provas da sua capacidade de rebelião.⁵ Começa a atuar de forma sistemática o Esquadrão da Morte, cujas execuções eram operacionalizadas a partir do aparato policial, do financiamento por parte dos grupos econômicos dominantes locais, sobretudo comerciantes, e do respaldo encontrado nos setores políticos, que utilizavam desse serviço como forma de demarcar seus territórios e resolver seus problemas políticos (Alves, 1998).

Anos 80: autonomia e proliferação

As alterações nessa estrutura de execuções sumárias e seu papel no estabelecimento do poder político e econômico local se deram a partir de 1980, através de um processo de autonomização dos grupos de extermínio. Em decorrência das denúncias na imprensa e dos processos

judiciais, sobretudo no início do primeiro governo Brizola, a atuação dos grupos de extermínio passou a existir em função de grupos não mais totalmente compostos por membros do aparato policial. Grupos relativamente autônomos passaram a agir, arregimentados pela polícia e inseridos na estrutura acima descrita, dando início a um processo de proliferação e disseminação.

Para cada conjunto de bairros havia, assim, um grupo de extermínio com seu líder a operar. A percepção e denúncia de todo esse esquema (Moreira, 1999) bem como a tentativa de desmantelá-lo,⁶ resultaram tanto na prisão de vários assassinos como na redução dos homicídios na região. Mas revelaram, sobretudo, os limites de políticas de segurança, calcadas na ação isolada de promotores ou delegados. Além disso, deixaram entrever a ponta de uma estrutura de poder local na qual o executivo, o legislativo e o judiciário emergiam completamente permeados pelas estruturas de execuções sumárias transformada na eficiente “limpeza social” a soldo dos grupos econômicos, gerenciada pelo aparato policial, garantida pela ação do aparato judiciário e cujo dividendo eleitoral era capitalizado pelos políticos em seus redutos.

No caso de Duque de Caxias, atuando como promotora pública, Tânia Maria Salles Moreira, no seu relatório da Comissão Especial que investigava os homicídios e extermínios, no final dos anos 80, identificou que a Comarca era dividida em territórios, cada um com “um ou dois donos”:

Assim era que, por exemplo, o bairro Dr. Laureano era a região de Zito e de Camilo e o segundo dividia o principado com Paulinho Dedo Nervoso, que, por sua vez, estendia seu domínio até a Vila São Luís, onde reinava também Pereira e Adalberto. No Gramacho, estava instalada a sede de Pedro Capeta o qual, por seu turno, era ligado à localidade próxima, Vila Rosário, onde reinava Boca, Zitinho, Tião da Mineira e tantos outros... Os tais homens fortes que tudo podiam tiravam parte de seu poder da documentação que a maioria portava: carteiras de oficiais ad hoc, de Comissão de Menores, de guardas municipais ou policiais civis e militares... (Moreira, 1999, p. 61)

Os matadores no poder e a chegada do tráfico

Os anos 90 trouxeram consigo a consolidação desse modelo hegemônico de dominação política com a definitiva chegada dos mata-

dores ao poder. No caso do primeiro nome da citação anterior, temos a trajetória mais original. Eleito vereador pelo seu bairro, em cima do seu trabalho de “limpeza social” e de clientelismo, a partir de uma rede de serviços prestados à população, José Camilo Zito dos Santos Filho irá tornar-se presidente da Câmara de Vereadores. Nesse momento, ocorre o assassinato do sub-secretário de Serviço Público do município, Ary Vieira Martins, que levaria o Ministério Público a identificar Zito como autor do crime e a prendê-lo por três vezes. Ary era responsável pelas máquinas que realizavam as obras da prefeitura e havia sido morto no mesmo dia em que discutira com Zito sobre o uso das mesmas. Eleito Deputado Estadual, pelo PSDB, e contando com o respaldo do Governo Marcello Alencar na realização de inúmeras obras, Zito se beneficiará da imunidade parlamentar até 1995, quando se elege prefeito da cidade. No ano seguinte, a promotora Tânia é transferida, e os vários processos nos quais o ministério público o arrola como réu passarão a sofrer os mesmos problemas dos processos que envolvem homicídios na Baixada, sobretudo a ausência de testemunhas.

Sua primeira administração será marcada pela realização de inúmeras obras de fachada, como o asfaltamento de ruas mais visíveis, construção de praças, colocação de sinais luminosos, reformas em prédios de escolas e hospitais e distribuição de uniforme e material escolar com sua logomarca. Todas essas obras e materiais foram pintados com as cores azul e amarela, marca registrada da sua administração e uma referência às cores do PSDB. Essa reincorporação colorida do espaço urbano, montada num eficiente marketing e cara publicidade lhe rederam, somados ao clientelismo e ao tradicional uso da violência, a reeleição com 82% dos votos da cidade. Além disso, serviu de argumento político que ajudou a eleger seu irmão prefeito de Belford Roxo e sua esposa prefeita de Magé, duas vizinhas cidades da Baixada.

A partir do aparelho de Estado coercitivo, montado pela ditadura militar, que posteriormente irá se adaptar ao modelo parlamentar democrático, consolidou-se na sociedade civil um modelo hegemônico que incorporou na sua dimensão ideológica a referência permanente ao uso da violência como determinante na manutenção do consenso.

Como Gramsci havia percebido, coerção e consenso não se encontram separados organicamente, havendo uma estreita colaboração entre eles. (Portelli, 1977, p. 33) “ *O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do*

consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria.” (Gramsci, 2000, p. 95) No caso da Baixada, a variável adotada foi aquela na qual os “aparelhos privados de coerção” associados ao aparato de coerção do Estado produziram uma concepção a respeito do uso da violência determinante para a hegemonia dos grupos políticos locais e diretamente vinculado aos interesses dos setores econômicos dominantes. A coerção deixa de ser de uso exclusivo do aparelho do Estado, seu uso é ampliado e licenciado, tendo no Estado o seu promotor e maior beneficiado. A sociedade civil incorporando a lógica coercitiva do Estado respaldará o uso da violência enquanto fundamento de uma sociabilidade calcada no domínio dos “aparelhos privados de repressão”.

O elevado índice de homicídios da região: dois mil assassinatos por ano e 74 homicídios por 100 mil habitantes (Alves, 1998), acima dos índices de guerras convencionais; a impunidade expressa no fato de que apenas 7,8% desses homicídios se transformam em inquéritos policiais e serem investigados (Moreira, 1998); e a existência de um policial para cada 1.200 habitantes, enquanto na zona Sul da cidade do Rio a proporção é de um para cada 400 habitantes, não são dados isolados, da ineficiência de políticas de segurança, mas momento necessário do funcionamento da estrutura de poder político, econômico, social e cultural estabelecidos na região.

Contemporâneo à chegada dos matadores ao poder, temos a consolidação do tráfico de drogas em inúmeras localidades da Baixada. Por sobre a macroeconomia do modelo de dominação existente vai se constituir uma poeira de micro-poderes, com sua especificidade de ação e domínio. Ilegal, clandestino, estabelecido diretamente pelo poder das armas e pela manutenção da economia da venda de drogas e tráfico de armas, essa nova forma de dominação local passa a estabelecer inúmeras relações com a sociedade política e a sociedade civil existente. Relações que vão da corrupção e compra do aparato policial-judiciário, à arregimentação dos seus “soldados” diretamente no bairro ou favela, passando pelos acordos que permitem a entrada e o acesso do poder político no interior das áreas controladas pelo tráfico e a eliminação de qualquer um que se contraponha ao seu domínio local. A partir do volume de dinheiro que movimenta e da micro-estrutura de poder que estabelece, o tráfico torna-se um dos principais clientes dos grupos de

extermínio e, conseqüentemente, parte integrada ao modelo hegemônico de dominação local.

O campo religioso e o modelo hegemônico de dominação local

O campo religioso estabelece relações com o campo do poder podendo legitimar a manutenção da ordem política ou subvertê-la, a partir da produção de bens simbólicos capazes de “naturalizar” uma determinada dominação ou, ao contrário, de produzir rupturas nessa estrutura (Bourdieu, 1987, pp. 69-70).

Analisar os grupos religiosos nas suas percepções e mesmo interações com o modelo hegemônico de dominação local existente, bem como, com a peculiar estrutura de poder construída pelo tráfico de drogas, permite entender a forma como o campo religioso local se configura, legitimando, confrontando, adaptando-se, escamoteando ou negociando com esse modelo de dominação existente. Além da produção de um trabalho religioso específico, próprio ao campo simbólico e cultural, os grupos religiosos estabelecem relações políticas diretas com o poder político local, claro que sempre mediatizadas pelo trabalho religioso, a cargo dos especialistas hierarquicamente posicionados no campo religioso e organicamente referendados na sua produção intelectual, a partir do seu lugar social.

Deste modo, a pesquisa se subdividiu em duas grandes partes. Uma que irá se deter na percepção das interpretações e relações dos grupos religiosos com o poder político local, e outra que faz o mesmo quanto à questão do tráfico de drogas da polícia e da violência presente na favela.

Participação religiosa

Antes de entrar nesses tópicos, temos alguns elementos quanto à participação religiosa dos entrevistados. Entre os 25 entrevistados, apenas 5, não exerciam algum tipo de função dentro da igreja: 1 da CEB, 1 da EH, 1 da ENP e 2 EP). Quanto à participação em atividades religiosas, apenas três pessoas não participavam de nenhuma. No que se refere a atividades de caráter social, dos nove que indicaram realizá-las, quatro

eram da CEB, duas da RCC, duas da EH e uma da EP. A maior participação de membros da CEB em atividades sociais confirma a indicação da perspectiva religiosa desse grupo, voltada para uma relação entre a prática religiosa e a realidade social e política na qual está inserida. Entretanto, membros da RCC e da EH demonstram estar desenvolvendo esse mesmo tipo de preocupação, cabendo uma investigação maior sobre as motivações e concepções religiosas que fundamentam essas práticas.

Contato político

Dezessete entrevistados afirmaram ter se dirigido a um político. Houve uma referência maior a nomes de políticos de direita, isto é, diretamente vinculados ao modelo hegemônico de dominação local organizado pelo prefeito. Destaque para os da ENP, dos quais quatro haviam contactado políticos de direita, inclusive o próprio prefeito. Somente entre os católicos (um da CEB e dois da RCC) houve menção a contato com político de esquerda, no caso um vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), que lidera a oposição ao modelo hegemônico. Quanto aos políticos de centro, que transitam entre o setor dominante e a oposição, dois da CEB, um da RCC e um da EP fizeram referência.

Desta forma, fica evidente a maior proximidade dos evangélicos, sobretudo os ENP, com o modelo hegemônico de dominação. Os católicos revelam contatar os que se opõem a esse modelo e os que não estão totalmente identificados com ele. O fato de a RCC aparecer nessa tendência está relacionado ao fato de pertencer a uma diocese caracterizada pelo modelo de CEBs, por haver uma história peculiar da criação dessa comunidade no início da diocese e de haver uma intensa comunicação entre a RCC e a CEB dentro da favela. Isso não quer dizer, por sua vez, que entre os católicos não haja os que contactaram políticos de direita.

Sobre os motivos que teriam levado ao contato com políticos, quatro indicaram reivindicar equipamentos coletivos como água, saneamento, asfalto e limpeza: dois da CEB e dois da ENP. Nove buscaram ajuda pessoal como vaga em escola, emprego, ajuda a desempregado, atendimento médico, exames, alimento, dinheiro ou ônibus para passeio: dois da CEB, três da RCC, dois da EH e dois da ENP. Um da EP

pediu apoio para um evento das igrejas evangélicas contra a violência. E finalmente, três foram acertar seu trabalho como cabo eleitoral para aquele vereador: dois da EP e um da EH. Nesse caso, dois vereadores de direita e um de centro. Nesse tópico, fica claro que as motivações de caráter pessoal superam as coletivas e que isso se verifica em todos os grupos religiosos. Chama a atenção, embora a referência apareça isolada, o movimento entre evangélicos contra a violência, da mesma forma o trabalho que realizaram como cabos eleitorais.

Voto

Olhando a distribuição dos votos na última eleição municipal, 1999, evidencia-se melhor o perfil político de cada grupo religioso. Para prefeito, reproduziu-se entre os entrevistados o que ocorreu em termos municipais: Zito obteve 20 votos (80%), os dois votos no candidato do PT, foram dados por membros da CEB. Um voto foi dado a um candidato conservador e tradicional, outro ao candidato vinculado ao trabalhismo e ao governo do estado⁷ e, por fim, um entrevistado indicou o voto em um candidato que não havia sido candidato, tratando-se de um erro. Já nos votos para vereadores, 16 votos foram dados a candidatos de direita, plenamente integrados ao modelo de clientelismo, expresso na figura do prefeito. Três votos foram dados aos candidatos de esquerda, do PT: dois da CEB e um da EH. Um voto para um candidato de centro, dois responderam incorretamente e três não se lembraram. Aqui fica claro que católicos de CEB e de RCC votaram em candidatos plenamente vinculados ao modelo hegemônico de política local, contudo, foi na CEB que surgiu o maior número de votos de ruptura a esse modelo, sem esquecer o voto oriundo da EH, indicando uma possível proximidade política. O voto majoritário dos evangélicos nos candidatos da direita foi confirmado, com exceção do já citado no PT e outro da EP num candidato de centro.

Nas motivações que levaram ao voto, a avaliação positiva do mandato anterior, no caso da eleição para prefeito, aparece em 12 respostas, revelando as conseqüências que a reeleição trouxe para o pleito. Quanto à eleição para vereadores, as motivações são bastante pulverizadas: ligadura de trompas obtida, candidato vizinho do bairro, ajuda com remédios, funcionamento de centro comunitário, serviços

prestados no bairro, trabalho pela comunidade, honestidade, transparência, amizade. De modo geral, referências a algum benefício obtido para si ou para a comunidade ou menção a alguém próximo, que se conhece e se pode confiar, alguém da própria localidade. Fica claro que a visibilidade de obras e benefícios trazidos para a localidade ou diretamente para si, bem como o contato e a proximidade do candidato foram fatores decisivos na escolha eleitoral. Assim, ter acesso à favela, poder circular dentro dela, realizar obras públicas, montar postos de serviço social e não sofrer constrangimento por parte dos “donos” da área, que controlam o tráfico de drogas, torna-se fundamental. É a partir desse ponto que passamos a penetrar na discussão sobre a questão da violência.

Tráfico

Perguntados sobre a relação do tráfico de drogas com os moradores, 15 entrevistados a definiram como sendo de violência e medo: três da CEB, quatro da RCC, três da EH, dois da ENP e três da EP. A maior percepção desse tipo de relação por parte da RCC está relacionada, além do exposto anteriormente quanto à sua história peculiar dentro da diocese e comunicação com a CEB, à localização dessa igreja. Ela está ao lado da “boca de fumo”, no topo da favela, próxima à praça onde há a sede da associação de moradores. Essa localização lhe permite uma percepção mais direta e cotidiana da atuação do tráfico.

Quinze entrevistados indicaram o surgimento do tráfico entre 25 a 30 anos atrás, destacando-se a CEB com cinco respostas nesse sentido. Essa maior percepção do problema por parte da CEB indica tanto o maior tempo de moradia e pertencimento à comunidade, como a maior preocupação que ela desenvolve quanto ao problema.

Se a relação dos líderes do tráfico mudou em relação à população da favela, 16 responderam que sim: quatro da CEB, cinco da RCC, dois da EH, três ENP e três EP. Houve períodos de maior tranquilidade, onde os líderes tinham mais respeito e ajudavam os moradores. Alguns identificam essa fase como algo do passado, de líderes específicos. Essas falas surgem esporadicamente dentro dos cinco grupos religiosos entrevistados. Os que responderam que não há mudança, se dividem. Um da CEB e outro da EH afirmam que a relação sempre foi de violência e crueldade, já outro da EH diz que todos os líderes que conheceu ajudavam os moradores. Dois da ENP argumentam que a violência existe somente entre os traficantes, não afetando os demais moradores. Dois da EP afirmam não têm conhecimento ou não sabem

nada sobre o assunto. Mais uma vez os da RCC e da CEB demonstram perceber com maior clareza o problema, identificando fases e distinguindo a ação de diferentes líderes à frente do tráfico. Os casos de não conhecimento do problema ou de percebê-lo como algo que não afeta os moradores emergem entre, respectivamente, os EP e os ENP, indicando uma menor percepção do problema. Como será visto mais adiante, uma concepção de isolamento, de “grupo dos salvos”, apartados do mundo, estará presente na fonte dessa menor percepção. Claro que há a possibilidade de estarmos diante de respostas que buscam ignorar ou minimizar o problema evitando o comprometimento dos informantes. Ou pode indicar uma não preocupação que revela uma proximidade ou convivência com o tráfico. Porém, no limite da pesquisa, não foi possível verificar essas hipóteses, ficando ponto a ser mais bem investigado.

Consumidores

Para 19 entrevistados, o consumo de drogas pelos moradores da favela é muito grande. Aí estão incluídos todos os católicos. Dois da EH e dois da EP dizem que não. Um da ENP e um da EP não souberam responder. Sobre como esses consumidores de drogas são vistos pelos moradores, entre os católicos houve a visão de que seriam vistos com naturalidade, como pessoas comuns: dois da CEB e três da RCC, mas surgiu também a concepção de que seriam vistos com medo, desconfiança, como pessoas perigosas: 1 da CEB e 1 da RCC. Os evangélicos tendem a perceber mais o tratamento negativo dispensado aos consumidores de drogas – a indiferença: quatro da EH, três da ENP e dois EP; o medo: um da EH, três da ENP; a raiva: um da EP. Aqui, a maior percepção dos católicos do grande número de consumidores de drogas se combina com a idéia da naturalização ou “banalização” da sua existência pelos moradores. Já entre os grupos evangélicos, a maior percepção da indiferença e do medo esta associada à forma como eles percebem e tratam o consumidor, o que ficará mais evidente nas questões seguintes.

Quando perguntados se algum grupo, entidade ou igreja prestara ajuda a esses consumidores de droga, 12 responderam que não: quatro da CEB, três da RCC, três da EH, um da ENP e um da EP. Os 13 que apontam a existência de ajuda falam em atividades que as suas próprias igrejas realizam – oração, aconselhamento, diligências, alimentos, doações: um da CEB, um da RCC, dois da EH, três da ENP e quatro da

EP; ou de apoio prestado por grupos próximos às suas igrejas como os de auto-ajuda ou aconselhamento psicológico: um da CEB, um da RCC e um da ENP. Nesse ponto, fica evidente um tratamento mais individualizado dispensado pelos evangélicos. Embora a CEB e a RCC indiquem realizar esse tipo de acompanhamento, ele é bem mais intenso entre os evangélicos, com destaque para os pentecostais e neopentecostais. A visão mais estrutural e mais ampla do problema do tráfico e do consumo de drogas presente nos católicos estaria fundamentando uma resposta ao problema que passa mais por saídas estruturais e sociais de caráter distinto das respostas dadas pelos grupos evangélicos, cuja visão do problema se apresenta não tão ampla e mais individualizada. Essa é uma indicação que será aprofundada e relacionada à forma que os grupos religiosos percebem o modelo hegemônico de dominação local e agem em relação a ele.

Tráfico e política

Ao se tentar perceber a interferência direta do tráfico na escolha de representantes políticos (vereadores, presidente de associação de moradores e prefeito) o questionário se direciona para a imbricação entre as esferas de poder local próprio ao modelo hegemônico de dominação ali estabelecido. Quatorze pessoas apontam essa interferência, sendo que entre os católicos a proporção é maior: três da CEB e quatro da RCC. Entre os evangélicos, porém, os históricos se sobressaem na percepção dessa relação, pois todos os entrevistados a reconhecem. Dois da ENP afirmam que há interferência, enquanto nenhum da EP faz essa afirmação. Dois da ENP e um da CEB não souberam responder. Aqui fica evidente uma grande variação no interior do grupo evangélico. Enquanto todos da EH afirmam a interferência nenhum da EP a reconhece. A resposta maciça da EH não é surpresa. Nela havia surgido um dos poucos votos na oposição ao modelo hegemônico de dominação, quanto à visão sobre o tráfico, suas posições frequentemente se aproximam das posições mais críticas e mais perceptivas da violência e influência que ele exerce na favela. A surpresa fica com a ausência da EP. Poderíamos estar, mais uma vez, diante do dilema quanto ao significado que esse tipo de pergunta e de resposta pode ter recebido naquele grupo: a percepção de riscos e insegurança, ou maior convivência. De qualquer forma, revela uma diferenciação significativa no conjunto do campo religioso analisado, já que a maioria percebeu a interferência.

Essa interferência ocorre de várias formas. Pode ser algo geral como o domínio local que o tráfico exerce, ou os que têm “maior conhecimento”, isso é, melhor relação com o tráfico, acabam se beneficiando. Pode chegar a algo mais direto como a ajuda financeira a campanhas, ou mesmo o trabalho dos traficantes enquanto cabos eleitorais para determinado candidato. Há a realização de shows, jogo de futebol, churrasco, etc, mas pode ocorrer uma ação mais ostensiva do tráfico, como relações diretas com candidatos. Nesse caso há uma referência de apoio explícito de um traficante à candidatura do prefeito. O tráfico pode, também, impedir que candidatos contrários aos seus entrem na favela, controlando a associação de moradores e os votos dos moradores ou mesmo sendo o próprio traficante candidato a algum cargo político, como no caso citado de um dos seus líderes.

Há percepções mais esporádicas quanto à interferência do tráfico em outras dimensões da vida na favela. Quando a empresa concessionária responsável pela distribuição de energia no Rio de Janeiro (Light) iniciou a instalação de algumas redes elétricas na favela, a polícia teve que acompanhar os trabalhadores (membro da EP). Os traficantes impediram a construção de um salão na associação de moradores onde funcionaria uma creche, pois queriam montar um baile funk no mesmo local (2 da RCC). Uma catequista foi ameaçada por traficantes ao iniciar na igreja uma campanha anti-drogas (membro da RCC). Mais uma vez, a localização da RCC e a história de sua relação com a CEB e com a diocese revelam seus efeitos. Participaram de mobilizações, no caso da creche, que os levou a um confronto direto com o tráfico. Ao iniciarem uma campanha anti-droga, de caráter mais amplo, receberam ameaças. Esses embates confirmam a visão mais ampla, estrutural e social do problema, presente no grupo católico. Indicam também os limites e os riscos experimentados, que podem trazer conseqüências para a vida da comunidade e seu funcionamento.

No caso específico da RCC, há também um elemento de caráter moralizante, próprio desse movimento, que o distingue da CEB. A campanha antidroga encaixa-se nessa perspectiva. Desse modo, a motivação para a ação da RCC frente ao tráfico está igualmente marcada por uma visão mais voltada para o indivíduo e para a dimensão moral e religiosa. Seria mais a recuperação do dependente de drogas, tirá-lo dessa vida, que um projeto de transformação estrutural. Contudo, o que será visto no ponto seguinte, reforça a hipótese de que, superando essa dimensão mais moralizante e religiosa, em decorrência dos fatores acima citados, a RCC passa a desenvolver uma interpretação da realidade próxima daquela desenvolvida pela CEB.

Causas e soluções

Diante do quadro até agora descrito, foram feitas indagações quanto às causas e soluções para o problema do tráfico naquela favela. Várias alternativas foram apresentadas, sendo permitida a escolha de mais de uma causa e solução por cada entrevistado. São essas alternativas, na seqüência que foram apresentadas, que compõem as duas tabelas a seguir, com percentuais relativos às escolhas feitas⁸. Logo após, será apresentado um quadro mais geral e comparativo entre os grupos católicos e evangélicos. Depois, será feita uma análise mais detalhada.

Tabela 1: Causas da existência do tráfico de drogas na favela

Causas	Católicos	Evangélicos
Problema econômico e social, no qual os pobres, desempregados e sem recursos encontram uma alternativa de sobrevivência	80%	73%
Ausência de políticas adequadas por parte do Estado e das autoridades, que não conseguem combater o crime, a violência e o desemprego.	70%	40%
Corrupção e conivência do Estado e das autoridades que acabam se beneficiando com a existência do tráfico	60%	33%
Pecado e fraqueza das pessoas que se envolvem com o tráfico na busca de dinheiro, poder e prestígio.	70%	60%
Ação do demônio sobre a vida das pessoas	30%	73%

Tabela 2: Soluções para o problema do tráfico de drogas na favela

Soluções	Católicos	Evangélicos
Políticas econômicas que gerassem emprego, distribuição de renda e melhorias para a população mais pobre	100%	53%
Moralização e aperfeiçoamento da Polícia e do sistema judiciário	20%	26%
Conversão e santificação. Aceitação de Deus e mudança de vida por parte dos pecadores	90%	73%
Libertando as pessoas do demônio através da sua expulsão	20%	26%

Sobre as causas, o item que aponta os problemas sociais e econômicos aproxima católicos e evangélicos com uma expressiva indicação. Quando se trata de identificar Estado e autoridades como responsáveis, católicos demonstram-se mais decididos a fazê-lo, contrastando com a redução no número dos evangélicos. Ao se aprofundar a crítica ao Estado e autoridades, apontando sua corrupção e conivência, é verdade que o número de católicos diminui, mas se mantém num patamar acima da metade, evangélicos, porém, caem para um terço. Por outro lado, quando a causa se direciona para o campo pessoal e religioso, há uma inversão da tendência, crescendo o número de evangélicos e diminuindo o de católicos que fazem essa escolha. Se ao indicar o pecado e a fraqueza das pessoas, católicos superam com pequena margem os evangélicos, a opção que se refere à ação do demônio na vida das pessoas faz com que evangélicos tenham o dobro das indicações dos católicos.

Voltando-se sobre as soluções, de imediato surge um paradoxo. Enquanto católicos confirmam sua indicação quanto a ser o tráfico um problema econômico e social que exige medidas nesse âmbito para ser solucionado, evangélicos que antes haviam percebido o problema como tal, reduzem a escolha de medidas nessa área como solução. É como se percebessem a origem do problema, mas desacreditassem numa saída dentro daquele campo. Por outro lado, há uma quase unanimidade quando aos dois grupos no que se referem ao descrédito na moralização e aperfeiçoamento da polícia e do judiciário. Quanto à saída no campo pessoal, a conversão e a santificação recebem uma maior indicação de católicos, embora a de evangélicos seja grande. Por

fim, há outra quase unanimidade no não reconhecimento do exorcismo (libertação), como solução, com um pequeno número a mais de indicações dos evangélicos.

Ao se detalhar as duas tabelas anteriores. No campo das causas, apenas um da ENP aponta para o problema da incapacidade e incompetência do Estado e das autoridades, fato que se repete quanto à corrupção e conivência dos mesmos. É sintomática essa fraca percepção desse tipo de problema por parte dos entrevistados da ENP, sobretudo quando se sabe que são eles os que mais relações estabeleceram e mais votaram nos candidatos representativos do modelo hegemônico de dominação local. Os da RCC acabaram superando os da CEB (respectivamente, cinco e três), ao indicarem os problemas econômicos e sociais. O que contradiz a visão de que seriam mais voltados para as dimensões pessoais, subjetivas e intimistas. Dos cinco evangélicos que apontaram o problema da corrupção e conivência do Estado e das autoridades, três eram da EP, o que revela uma maior percepção por parte desse grupo entre os evangélicos, algo a ser investigado. Os quatro da ENP que apontam o demônio na causalidade do envolvimento com o tráfico, confirmam sua visão mais próxima da perspectiva individual e religiosa. Entretanto, quatro da EH fazem a mesma opção, revelando a força dessa visão dentro de um grupo que também desenvolve uma noção mais estrutural e social do problema. Uma interessante constatação que estimula novas pesquisas. Uma das hipóteses a serem apreciadas seria a da existência de um processo de carismatização dentro da EH. Isto é, a construção de uma visão mais voltada para o individual, moral e estritamente religioso, contribuiria para a manutenção dos seus membros dentro da igreja, fazendo frente ao movimento pentecostal em expansão. Algo semelhante à RCC dentro da igreja católica, muito embora o que se revela aqui, nessa pesquisa, é que esse papel realizado pela RCC pode sofrer alterações e configurar-se de modo diferente, dependendo de vários fatores históricos, institucionais e conjunturais.

No âmbito das soluções, persiste a tendência dos da ENP, apenas um deles aponta para as medidas no campo da política econômica. Todos da RCC e da EH indicam a solução pela conversão e santificação, todos da RCC e quatro da EH também indicaram as soluções no campo das políticas econômicas, o que revela a junção de uma perspectiva estrutural com uma individual e religiosa. A CEB destaca

mais o aspecto estrutural da solução, com cinco indicações para as políticas econômicas e três para a conversão e santificação. Apenas um da ENP indicou o exorcismo como solução, mostrando que o recurso mais frequente a essa prática está restrita a determinadas igrejas neopentecostais.

Polícia

Os policiais, na sua atuação, são vistos como bandidos; envolvidos com suborno e corrupção; violenta, injusta, agressiva; agindo com desrespeito, ignorância, discriminação e despreparo por 15 entrevistados. Quatro da CEB e quatro da RCC reforçam essa idéia. Três da EH apontam nessa direção, mas dois falam na ausência dela. Entre os da ENP apenas um se refere à ação da polícia como regular. O que destoa é a EP. Apenas um fala em corrupção e desrespeito, dois alegam não saber informar, um vê com normalidade e outro como boa ação da polícia. Na CEB, um percebe a polícia como sempre presente, de forma positiva, outro fala de um misto de medo e segurança. Um da RCC afirma que é normal sua atuação: só para apreensões e por fim, um da EH os define como radicais, mas não deixa claro em que sentido.

Quando comparada aos traficantes, 17 entrevistados a vêem como igual ou pior: três da CEB, três da RCC, três da EH, cinco da ENP e três da EP. Para os que não percebem diferença entre um e outro, a farda seria a única coisa que distingue a polícia dos bandidos. Outros comentários completam essa idéia, vendo o policial como o criminoso oficial e legalizado. Para os seis que percebem a polícia como pior, os traficantes respeitam mais os moradores e a polícia tende a tratar todos da favela como bandidos. Numericamente, há uma quase igualdade entre os grupos religiosos quanto ao número dos que fizeram as indicações anteriores (três em cada). A exceção fica com os da ENP, onde todos afirmaram essa visão. Do restante, dois não souberam responder: um da EH e um da EP. Três afirmam a idéia de que a polícia é a lei e o tráfico, o crime e a violência: dois da CEB e um da RCC. Um da RCC se diz indiferente ao problema, já que a presença da polícia não seria constante. E um da EH faz uma separação entre os bons policiais e os maus policiais.

Não foi possível aprofundar o porquê da visão mais positiva da polícia que surgiu na CEB e na RCC. Embora minoritária, essa concepção pode estar relacionada a inúmeros fatores: as contradições presentes na atuação desse aparelho de segurança, a comparação entre a violência da polícia e a violência do tráfico ou a concepção de segurança pública enquanto demanda a ser garantida e formulada a partir de propostas que disputam com outras dentro do aparelho do Estado.

Na verdade a questão da polícia traz um novo elemento na discussão sobre o modelo hegemônico de dominação local e o uso da violência como estratégia de controle. Na definição inicial desse modelo existente, poder político local dominante e traficantes estabeleceriam relações que permitiriam aos primeiros realizar os diferentes mecanismos de clientelismo existente: obras públicas, prestação de serviços, favores pessoais e a grupos. Os resultados eleitorais confirmariam a eficiência dessa estratégia, na qual o controle do tráfico não só induziria o voto, como tolheria a presença de candidatos contrários a esse modelo.

O aparato policial possui relações com esse modelo hegemônico de dominação local, sobretudo através da indicação de delegados e comandantes por parte dos prefeitos e deputados da região. Porém, por estarem vinculados à esfera estadual do poder político, estão sujeitos a políticas de segurança pública cujos efeitos podem contrastar com aqueles desejados pela instância local dominante. Além disso, a disputa regional pelos votos da Baixada pode produzir conflitos diretos entre o governo do estado e as prefeituras, onde a condução do aparato policial servirá de instrumento de confronto e cerceamento do poder político local. Assim, aos vários fatores acima mencionados que interferem na construção das estruturas locais de poder, serão adicionados as políticas de segurança, as indicações de comandos, as definições de operações e o tratamento dispensado pela polícia a cada área, bairro ou favela, sem esquecer a história de movimentos de resistência dos moradores.

No caso estudado, a atuação da polícia, por mais violenta, desrespeitosa, agressiva e injusta que seja, não representa uma ruptura com o modelo de dominação existente. Exercendo sua relativa autonomia, ela estabelece o seu próprio *modus operandi*, que recobre com sua violência específica a estrutura de domínio e violência já existente, retirando daí seus dividendos em termos de poder local, de dinheiro – corrupção, de convivência e de estabelecimento de uma cultura peculiar à sua forma de ação e de legitimação. Desse modo, a atuação da polícia, como interpre-

tada pelos entrevistados, desautoriza a idéia de um “poder paralelo” constituído pelo tráfico. A semelhança na forma de agir, a corrupção e mesmo o tipo de poder estabelecido pela violência leva muito mais à idéia da convivência entre Estado (aparato policial) e tráfico, no estabelecimento de uma política das armas, onde o domínio obedece a regras e conjunturas específicas, negociadas a cada nova política de segurança, a cada nova administração municipal e a cada incidente que marca as disputas, os conflitos, as negociações que envolvem a convivência dessas duas esferas de poder, internamente a cada uma delas e externamente, na relação entre si.

Conclusão

Na relação entre o campo político e o campo religioso, aqui analisada, o mapeamento do modelo hegemônico historicamente construído nas relações políticas, na Baixada Fluminense, permite o reconhecimento dos eixos e linhas de interação entre os dois campos. A maior ou menor aproximação de um grupo religioso com esse modelo hegemônico de dominação transparece tanto pelas coisas que são ditas como pelos silêncios. As conseqüências da busca de ruptura com esse modelo refletem-se diretamente na vida de cada igreja ou comunidade, na forma de conflitos, ameaças, não recebimento de benefícios, dificuldades na condução de movimentos sociais e mesmo na manutenção da vida interna do grupo. De modo inverso, aproximar-se do modelo pode render inúmeros benefícios.

Aqui foi analisada a dinâmica de um modelo original de dominação local no qual atuam: a) o poder político gerenciador do aparelho do Estado, vinculado historicamente a grupos de extermínio e dominando a estrutura parlamentar e judiciária; b) os setores dominantes da sociedade civil, financiadores dessa estrutura política porque beneficiados por ela; c) os diferentes “aparelhos privados de repressão”, incluídos aqui o policial, o de execuções sumárias e o tráfico; e d) os vários clientes, individuais ou institucionais, incluídos aí os grupos religiosos, que estabelecem com esse modelo diferentes formas de interação.

No caso da favela analisada, a relação direta do tráfico com o modelo hegemônico de dominação política; a atuação e influência do tráfico na área e a corrupção do aparelho policial estabelecem os limites

com os quais os componentes do campo religioso terão que lidar permanentemente.

A CEB e a RCC, mesmo aceitando o modelo hegemônico e com ele negociando: votos, favores e concepções, apresentaram pontos de ruptura com esse modelo, não só pelo voto na oposição, mas, sobretudo, na maior consistência de uma visão estrutural, social e política do problema. Não isentos de contradições, não deixaram de apontar para as conseqüências mais nefastas do tráfico e da ação policial, nem as vinculações que estabeleciam com a estrutura de poder político existente. A RCC desenvolveu a perspectiva social própria da CEB, a partir da história específica da igreja e da sua localização no território da favela, lado a lado com a “boca de fumo”. Representam, no campo religioso, os mais próximos a uma demanda social de ruptura, de questionamento e que pode levar ao confronto direto, quando apóia candidatos que serão barrados pelo tráfico, quando fazem campanhas ou movimentos sociais que desagradam os interesses do tráfico, quando criam outras demandas, não incluídas no clientelismo que movimenta o modelo hegemônico.

No conjunto dos evangélicos, diferenças são bastante visíveis. Enquanto os evangélicos históricos, mesmo com fraca densidade, são capazes de estabelecer rupturas e visões estruturais do problema, os pentecostais e os neopentecostais são os que mais se aproximam do modelo hegemônico através do contato e do voto nos seus políticos; não percebendo a interferência do tráfico tanto na vida da favela como na vida política e não identificando no Estado e nas autoridades a responsabilidade pelo problema do tráfico. Possuem, entretanto uma percepção mais forte da ação violenta da polícia, o que pode indicar sua maior aproximação dos que sofrem essa ação. Desse modo, a ajuda a consumidores de drogas ou mesmo a membros do tráfico enquanto forma de tirá-los dessa vida e mesmo convertê-los, permite uma maior compreensão do drama que eles vivem e do arbítrio contra eles praticados.

Nesse ponto, evangélicos, notadamente pentecostais e neopentecostais, mais próximos de uma visão individual e religiosa quanto à causa e solução do problema gerado pelo tráfico de drogas, possuem mais visibilidade e atuação junto a dependentes e traficantes. Algo que lhes permite uma comunicação e uma aproximação maiores com esses setores, favorecendo processos individuais de solução. Essa resposta convive perfeitamente com o modelo hegemônico de domina-

ção, podendo articular-se com ele nos moldes do clientelismo. Não deixa de ser, porém, uma forma de resposta com sua capacidade de interferir nesse modelo. Eles estariam construindo respostas mais adequadas ao problema enfrentado por esse setor, ao se aproximar deles e propiciar trajetórias de mudança a partir da situação cotidianamente vivenciada por eles.

CEB e RCC, por sua vez, voltados para uma dimensão mais estrutural e social do problema, percebem a situação concreta vivenciada por dependentes de drogas e traficantes, sabem também acolhê-los, mas não o fazem com a mesma intensidade que pentecostais e neopentecostais. Se por um lado, os pentecostais e neopentecostais desenvolvem uma capacidade de acolhimento, de apoio, de reconstrução das vidas e de formulação de novos projetos e sentidos de vida (César & Shaull, 1999) para dependentes e traficantes, são a CEB e a RCC, por sua vez, que realizam os esforços mais penosos e com conseqüências mais perigosas no sentido da ruptura com o modelo hegemônico. Um esforço que pode não ter visibilidade imediata, refletida na conversão de um dependente ou traficante, ou na ajuda para que saiam dessa vida, mas que tenta consolidar um processo de modificação mais amplo. Um esforço que possui suas contradições, sua fragilidade ao se confrontar com uma lógica e prática dominante no campo político e o longo prazo próprio desse tipo de movimento, interagindo com o complexo e violento campo político existente.

As percepções da política, do tráfico, dos consumidores de drogas e da polícia estão relacionadas às alternativas que cada grupo religioso estabeleceu na sua relação com o modelo hegemônico. O campo religioso tem como um dos seus elementos estruturantes esse lidar permanente com o campo político. Nesse ponto, a ruptura estabelecida entre o mundo religioso e o mundo secular, própria da perspectiva evangélica, sobretudo pentecostal e neopentecostal, permite com mais facilidade trabalhar os processos individuais de mudança, presentes em trajetórias de matadores que se transformam em políticos benfeitores ou traficantes que, convertidos, tornam-se obreiros e missionários. O pertencimento ao “grupo dos salvos”, não mais fazendo parte do mundo, é fruto da conversão, mas possibilita igualmente, como visto anteriormente, a menor percepção das dimensões sociais e estruturais. Age buscando a reconstrução da vida de indivíduos, garante o reconhecimento da sua transformação e possibilita a entrada na nova comunidade.

de, mas não representa qualquer formulação de projeto de mudança, de contraposição ao modelo hegemônico, servindo muito mais para projetos políticos oriundos do modelo hegemônico em busca de legitimidade e de formação de novos redutos eleitorais para novas empresas políticas com seus bens a procura de clientes.

A continuidade entre o religioso e o social, presente na CEB, propicia a elaboração de um projeto de sociedade no qual as questões pessoais são referenciadas por projetos políticos, econômicos e culturais que passam a ser interpretados e apreendidos como projetos a serem responsabilizados, questionados e modificados. Desse modo, é dentro da CEB que emerge as práticas de não alinhamento com o modelo político hegemônico e a visão mais estrutural e social do problema do tráfico e da violência. Uma visão que influencia a RCC e estabelece com ela um diálogo, permitido por fatores conjunturais, mas também pela experiência comum e a comunicação dentro da favela.

Essa pesquisa, portanto, estabelece, em relação ao debate no qual, ao menos nos últimos 15 anos, as CEBs estão inseridas, alguns pontos de reflexão. O núcleo da crítica às CEBs está na forma que elas tratam a dimensão política, própria da sua perspectiva religiosa, e as conseqüências dessa prática. Para Mariz, comparadas aos pentecostais, as CEBs procuram dessacralizar e secularizar o evangelho (Mariz, 1988, p. 13). Nesse processo, analisando uma CEB específica, ela adotaria uma postura intervencionista, com base no conceito de “conscientização” e de “alienação”, que dificulta a capacidade de escutar o povo no seio do seu próprio grupo religioso (Mariz, 2001, p. 24). Essa crítica foi igualmente aprofundada por Burdick (1993). Para ele, as CEBs estariam perdendo terreno para as igrejas pentecostais, pois presas à dimensão política e à forma de conduzi-la, sobretudo em decorrência da “vanguarda religiosa”, formada pelos agentes pastorais, não conseguem incorporar os problemas vividos por diferentes grupos sociais: negros, mulheres e jovens, a fim de serem transformados em demandas da própria comunidade religiosa. As CEBs, portanto, são incapazes de reconhecer a cotidianidade dos problemas enfrentados por essas minorias sociais, já que se propunham um projeto transformador e social, acima das particularidades individuais. Para Steil (1998), o modelo racionalizador e político das CEBs estaria desautorizando outras interpretações oriundas do mesmo espaço religioso do qual as CEBs emergiram. A secularização racionalizadora das CEBs excluem a visão de mundo própria dos mais

pobres. Centrada na hierarquização e num projeto educativo, as CEBs disputam no interior da Igreja Popular com os inúmeros movimentos populares que a partir da dimensão emocional e devocional se contra-põem a elas, impondo uma nova reconfiguração desse setor católico.

No que seria a crítica da crítica, percebe-se em alguns momentos a tendência a generalizações, sem a devida acuidade histórica, que distingue diferentes trajetórias e conjunturas que configuram as CEBs. Se a mesma finura e perspicácia de análise que esses autores usaram quanto aos pentecostais, à RCC ou a outros movimentos religiosos fossem aplicados às CEBs, as conclusões poderiam ganhar uma matização bem mais adequada, à semelhança do que fazem com os demais grupos envolvidos no campo religioso. Em outros momentos, presas a casos específicos, bastante localizados, os estudos foram incapazes de perceber os movimentos políticos e sociais ao redor, sequer historicizaram a própria trajetória dos demais grupos religiosos ou mesmo das CEBs naquela região estudada. Sem contar a própria incapacidade de perceber a complexidade e as texturas das relações de poder locais, normalmente ignoradas. Por fim, presas a perspectivas culturalistas e à micro-análise, descuidam da importante relação com as dimensões macro-estruturais, fragilizando a interpretação. Essa crítica encontra-se já elaborada (Peterson, 1994; Vasquez, 1997 e 1998; Alves, 2002) e não cabe aqui aprofundá-la. O propósito, na verdade, é o de reforçar que dentro de uma conjuntura política complexa e original, onde a violência institui-se como cimento que alicerça um projeto político hegemônico, as CEBs, ou melhor, a CEB especificamente estudada, nos limites da sua estrutura de funcionamento, de comunicação interna, de construção de uma espiritualidade e de uma mística que articula a dimensão religiosa, caso contrário não estariam mais no campo religioso, com a dimensão social, é capaz de formular um outro projeto, frágil, com reveses, contraditório, mas um projeto de ruptura. Ela compreende a violência e sua articulação com o poder político local, faz opções políticas e eleitorais distintas daquelas do modelo hegemônico e permanece como indicações de projeto possível, em meio a uma dominação quase que totalitária. Assim, é justamente no movimento que propõem a inserção do religioso no social e político, que atua no social e que elabora uma racionalização política e uma visão macro-estrutural, que está a força própria da elaboração religiosa da CEB, quando se trata de pensar a relação entre o campo religioso e o campo político no Brasil. A aproxi-

mação que a RCC tem desse projeto, além de tudo que aqui já foi dito, coloca também para o estudo desse movimento a questão das conjunturas a que está submetido e as nuances no seu interior, para se evitar os riscos que vários estudos sobre as CEBs incorreram.

Notas

¹ Respectivamente, Kelly Cristina Alves Queiroz e Anderson Gonçalves da Silva.

² Aldalice Francisca de Oliveira.

³ O termo, Baixada Fluminense, realiza uma fusão entre o geográfico e o social. Inicialmente definia a região que fica entre o litoral e a Serra do Mar, no estado do Rio de Janeiro, formada por um relevo de baixas planícies, muitas delas inundáveis, que se estendia do município de Itaguaí ao de Campos, no Norte do estado. Posteriormente, na década de 70, a partir dos inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região à Oeste da cidade do Rio de Janeiro, oito municípios passaram a ser definidos por este termo, identificando mais o aspecto da violência. Os demais municípios que a compõem são: São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, Queimados e Japeri.

⁴ Numa definição sintética de cada grupo, as CEBs correspondem a um modelo de Igreja Católica voltada para a relação entre a fé e a política, propondo uma leitura da realidade social a partir de uma visão religiosa que estimula o envolvimento em movimentos sociais e políticos, buscando a superação dos problemas enfrentados. A RCC desenvolve uma proposta de igreja católica mais voltada para a experiência de fé relacionada aos dons do Espírito Santo. Dedicam-se, sobretudo, ao louvor, à oração e ao desenvolvimento de dons como o de falar em línguas estranhas, da cura, da profecia etc. Enquanto fenômeno pentecostal, dentro do campo católico, desenvolvem também, com intensidade, o culto a Nossa Senhora e outras práticas devocionais. Os evangélicos históricos seriam aqueles ligados a igrejas protestantes que surgiram na Europa entre a Reforma do século XVI e o final do século XX. Muitos se instalaram aqui a partir das migrações de europeus, entre elas, a luterana, a metodista, a presbiteriana e a batista. Muitas delas também aqui chegaram pelo trabalho de missionários norte-americanos. Os evangélicos pentecostais surgem a partir de um importante movimento de renovação espiritual que começou no início do século XX nos Estados Unidos. Acreditam numa segunda vinda de Jesus Cristo, para logo, e vivenciam permanentemente os dons do Espírito Santo, como os da cura, o falar em línguas estranhas, o da revelação e o da libertação. Entre as igrejas pentecostais temos a Assembléia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil, Deus é Amor, Nova Vida, Maranata, etc. Os evangélicos neopentecostais guardam toda a sua semelhança com os pentecostais, contudo, são mais recentes e desenvolvem mais fortemente a concepção da ação do Espírito Santo na vida do crente dando-lhe bem estar material e favorecendo sua prosperidade econômica e ascensão social. Como exemplo, temos a Igreja Universal do Reino de Deus, a Renascer em Cristo e mesmo igrejas evangélicas históricas renovadas e pentecostais, que assumem essa dimensão da prosperidade como relevante.

⁵ Trata-se do grande saque, ocorrido em 5 de julho de 1962. Nessa data, a partir de uma greve geral contra a indicação pelos militares do primeiro ministro do governo João Goulart, a população de Duque de Caxias, aglutinada no centro da cidade, aguardava transporte para o trabalho, que não existia já que os rodoviários e ferroviários haviam aderido ao movimento grevista. A partir daí, tendo como pano de fundo a crise de abastecimento de alimentos, sobretudo a falta do feijão, que por ter seu preço tabelado pelo governo acabava sendo vendido bem mais caro no mercado paralelo, eclode um imenso movimento de saque aos estabelecimentos comerciais, que ultrapassou os limites do município atingindo os demais da Baixada e chegando até Niterói. No saldo final, dois mil estabelecimentos saqueados e 41 mortos, Cf. Torres e Menezes, 1987.

⁶ Em 1991, no segundo governo Brizola, Hélio Luz assume a direção da Delegacia de Homicídios da Baixada. Troca os 16 delegados da região, que ao seu entender estavam envolvidos com essa estrutura de execuções, já que eram cargos ocupados por indicação política. Obtém, assim, a redução do número de homicídios, contudo, um ano depois, estaria fora do cargo. Ao seu ver, é impossível manter esse tipo de política de segurança em ano eleitoral, onde os interesses locais passam a determinar o funcionamento do aparato policial. (Informações obtidas em entrevista com Hélio Luz, realizada em 1998).

⁷ No caso o governo de Anthony Garotinho, que nesse momento já havia se filiado ao PSB.

⁸ Ciente da não usual utilização de percentagens em amostras muito pequenas, como no caso dessa pesquisa, optou-se, porém, pelo seu uso, no intuito de facilitar a compreensão do quadro comparativo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, José Cláudio Souza (1998) *Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*. Tese de doutorado em sociologia, USP/FFLCH, São Paulo.
- . (1991) *Igreja Católica, opção pelos pobres, política e poder: o caso da paróquia do Pilar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Política, PUC/RJ, Rio de Janeiro.
- . (2002) Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico metodológica. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fórum Rio de Janeiro, Nape/ Departamento de Extensão/SR-3/UERJ, nº 8, p. 59-80.
- BOURDIEU, Pierre (1987) *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª. ed.
- BURDICK, John (1993) *Looking for God in Brazil: the progressive catholic church in urban Brazil's religious arena*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- CESAR, Waldo & SHAULL, Richard (1999) *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs. promessas e desafios*. Petrópolis: Vozes.
- GRAMSCI, Antonio (2000) Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3.

- MARIZ, Cecília L (1988) Religião e Pobreza: uma comparação entre CEBs e Igrejas Pentecostais. *Comunicações do ISEER*, ano 7, nº 30, p.10-19.
- . (2001) Católicos da libertação, católicos renovados e neopentecostais. *CADERNOS CERIS*, Rio de Janeiro, nº 2. p. 17-42.
- MOREIRA, Marcelo (1998) “Uma solução a cada quinze mortes”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 24 de maio, p. 29.
- MOREIRA, Tânia Maria Salles (1999) *Chacinas e Falcatruas*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Júris.
- PETERSON, Anna (1994) Cultural criticism and the left in Latin America. *Socialist Review*. Durham. Vol. 24. nº 3. Duke University Press. p. 130-144.
- PORTELLI, Hugues (1977) *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- STEIL, Carlos Alberto (1998) A Igreja dos Pobres: da secularização à mística. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 19, nº 2, p. 61-76.
- TORRES, Rogério e MENEZES, Newton (1987). *Sonegação Fome Saque*. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições.
- VÁSQUEZ, Manuel A. (1997) Structural Obstacles to Grassroots Pastoral Practice: The Case of a Base Community in Urban Brazil. *Sociology of Religion*, vol. 58, n. 1, p. 53-68.
- . (1998) *The Brazilian popular church and the crisis of modernity*. New York: Cambridge University Press.